XI SEMANA UNIVERSITÁRIA DA URCA E
XXIX Semana de Iniciação Científica
Ciência, Inovação e Transformação Social no Semiárido
16 a 19 de Novembro de 2026
URCA-Universidade Regional do Cariri - Campus Iguatu
PRPGP- Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa

"SEMPRE QUE EU PROCURAR VOCÊ, É PRA VOCÊ ME DAR!" - ESTUPRO MARITAL E DISCURSOS MISÓGINOS NAS REDES SOCIAIS: UMA ANÁLISE DA NATURALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA MULHERES A PARTIR DAS MANIFESTAÇÕES DO MOVIMENTO RED PILL

Moádylla Gabriella Sobreira de Oliveira[1], Geórgia Araújo Oliveira[2]

RESUMO. O estupro marital constitui uma forma de violência sexual cuja invisibilidade está relacionada a construções históricas e socioculturais que subordinam a autonomia feminina à autoridade masculina. Nesse contexto, o patriarcado, a colonialidade e o androcentrismo contribuíram para a naturalização da ideia de disponibilidade sexual da mulher no casamento. Na contemporaneidade, discursos associados ao movimento Red Pill, difundidos em comunidades digitais, podem reproduzir essas concepções ao defender a submissão feminina e relativizar o consentimento nas relações conjugais. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa básica, exploratória, de abordagem qualitativa, desenvolvida mediante análise bibliográfica e documental, complementada pela análise de manifestações discursivas em ambientes digitais, especialmente no Facebook. Os resultados preliminares indicam que a construção histórica dos papéis de gênero favoreceu a reprodução de relações conjugais assimétricas, nas quais o casamento é, por vezes, interpretado como obrigação de disponibilidade sexual feminina. Conclui-se preliminarmente que o enfrentamento da invisibilidade do estupro marital exige questionar estruturas históricas de dominação e discursos que relativizam o consentimento, reafirmando que o vínculo conjugal não constitui autorização permanente para a prática de atos sexuais. O trabalho não presume que existe, obrigatoriamente, dentro do casamento, violência sexual, mas que é algo que ocorre com mulheres e que não recebe o devido reconhecimento e visibilidade institucional.
Palavras-chave: Estupro marital. Red Pill. Patriarcado. Consentimento sexual.

1. INTRODUÇÃO

"Sempre que eu procurar você, é pra você me dar!". Em setembro de 2026, um homem foi preso no Ceará em razão de um mandado de prisão por ter estuprado sua, até então, esposa (De Paula, 2026). A fala revela um fenômeno profundo e enraizado historicamente, socialmente e culturalmente na história: o estupro marital. Historicamente, o corpo constitui alvo da dominação masculina;, esta, por sua vez, encontra diversas formas de se materializar. O corpo feminino é visto como um objeto cuja posse está com a comunidade masculina em suas hierarquias, a depender do contexto em que a mulher se encontra.

[1] Bacharelanda em Direito pela Universidade Regional do Cariri, e-mail: moadylla.oliveira@urca.br
[2] Professora efetiva do Bacharelado em Direito pela Universidade Regional do Cariri (URCA); Mestra em Direito pelo Programa de Pós-Graduação de Direito da UFC; Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da UnB; e-mail: georgia.oliveira@urca.br

Com a ascensão do movimento Red Pill, presente em diferentes países e inserido na chamada machosfera, discursos que reproduzem a subordinação feminina vêm ganhando visibilidade nas redes sociais, abrangendo desde comentários sobre a aparência das mulheres até a incitação à violência como forma de reafirmação da masculinidade. Entre essas manifestações, destaca-se a legitimação da violência sexual no casamento, expressa em afirmações como: "mas ela é esposa, deve sexo ao marido", "estupro marital é uma invenção do feminismo para prender homens" e, por fim, aquela que dá nome a esta pesquisa: "toda vez que eu te procurar é para você me dar". Nesse cenário, o Red Pill ultrapassa a dimensão de agrupamentos virtuais, constituindo um movimento ideológico cujas narrativas podem transcender o ambiente digital e contribuir para a reprodução, no mundo dos fatos, de desigualdades de gênero e da naturalização da violência contra as mulheres. Esta pesquisa justifica-se pela necessidade de compreender o estupro marital não como um fenômeno isolado, mas como um fenômeno histórico e socialmente construído através da cultura do estupro e a partir de relações perpetuadas entre gêneros, que refletem na submissão e subordinação feminina, tão defendida no movimento Red Pill e um dos principais argumentos para legitimar o estupro contra cônjuges.

Diante desse contexto, a pesquisa é norteada por uma pergunta central: de que maneira os discursos misóginos presentes em comentários de comunidades digitais associadas ao movimento red pill contribuem para a naturalização e invisibilização de concepções sobre o consentimento feminino e o estupro marital? Dessa forma, a pesquisa possui como objetivo geral analisar a construção sociocultural da naturalização da violência contra a mulher, com enfoque no estupro marital, a partir das relações históricas de subordinação, submissão e ideias como posse e disponibilidade sexual feminina e de sua reorganização no meio digital através dos discursos misóginos associados ao movimento Red Pill. Para tanto, elencam-se como objetivos específicos: a) investigar as relações entre patriarcado, colonialismo e construção histórica da sexualidade feminina, identificando os processos socioculturais que contribuíram para a naturalização da violência sexual contra as mulheres; b) analisar a construção histórica, jurídica e social do estupro marital, examinando a permanência da concepção da sexualidade feminina como dever conjugal e seus efeitos sobre o reconhecimento do consentimento e da autonomia sexual da mulher; c) compreender o movimento Red Pill enquanto manifestação contemporânea da machosfera digital, examinando suas concepções sobre masculinidade, feminilidade, casamento, sexualidade e relações de poder entre homens e mulheres; d) identificar discursos misóginos associados ao movimento Red Pill nas redes sociais, especialmente no Facebook, verificando a presença de discursos relacionados à posse do corpo feminino, à disponibilidade sexual e à obrigação conjugal.

2. METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa de natureza básica, na medida em que tem como objetivo ampliar o conhecimento científico acerca do estupro marital através de manifestações do

movimento Red Pill, sem apresentar solução prática imediata. Caracteriza-se, ainda, como uma pesquisa exploratória. Quanto aos procedimentos técnicos, utiliza-se da análise bibliográfica-documental somada à análise de manifestações discursivas em ambientes sociais, em especial o facebook. A abordagem da pesquisa será qualitativa. A partir disso, busca-se verificar de que maneira as construções históricas e culturais acerca dos papéis e obrigações da mulher podem ser reproduzidas no ambiente digital com a finalidade de legitimar o estupro no matrimônio.

3. DISCUSSÕES PRELIMINARES

A compreensão do estupro marital como fenômeno social invisibilizado exige, antes de tudo, a reconstrução do arcabouço estrutural que o naturaliza. Esse arcabouço é resultado de um processo histórico específico: a articulação entre patriarcado, colonialidade e androcentrismo como três eixos que se retroalimentam na produção da subordinação feminina. O patriarcado pode ser conceituado como sistema sociocultural de dominação e subordinação das mulheres, mantido e controlado pelos homens, sustentado ideologicamente em preceitos androcêntricos que legitimam práticas de violência contra a mulher com base em atributos tidos como "naturais" e "biológicos" do feminino (Modelo de Protocolo, 2014, p. 38).

O androcentrismo seria a visão do mundo com o homem (no sentido masculino) em seu centro. Araújo e Portela (2023) definem a perspectiva androcêntrica como a reconstrução social da visão de mundo a partir de referencial exclusivamente masculino, de modo que é o homem quem dita as regras, os conceitos e a forma como as relações sociais devem se estruturar. As autoras sustentam que o Direito Penal brasileiro, em especial o Código Penal de 1940, não é exceção a essa regra, mas produto direto de uma perspectiva androcêntrica, evidenciada pela prevalência histórica de homens na elaboração das leis e nas interpretações jurisprudenciais e doutrinárias (Araújo; Portela, 2023). Segundo o levantamento feito no Anuário de Segurança Pública de 2026, em 2025 foram registrados 84.388 casos de estupro no Brasil. As vítimas correspondem ao sexo feminino em 93,3% dos registros. Entre as vítimas com 14 anos ou mais, 29,6% dos crimes foram atribuídos a companheiros, enquanto 57,6% das ocorrências aconteceram no ambiente doméstico (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2026). A participação expressiva de companheiros entre os autores identificados demonstra que a violência sexual não se restringe a situações envolvendo desconhecidos, podendo ocorrer no interior de relações afetivas e de vínculos de confiança.

Entretanto, embora o Anuário Brasileiro de Segurança Pública apresente dados sobre a violência sexual, a participação de companheiros entre os autores identificados e a ocorrência de crimes no ambiente doméstico, a ausência de uma categoria expressamente denominada “estupro conjugal” ou “estupro marital” na publicação não permite determinar quantos casos ocorreram especificamente dentro do casamento. Não presumimos, portanto, que toda e qualquer relação conjugal terá a ocorrência de violência sexual, mas que são práticas que existem e pouco – ou quase nunca – notificadas e/ou classificadas.

Para compreender a violência sexual nas relações conjugais, não basta apenas analisar os dados e conceitos importantes, é necessário analisar os discursos sociais que influenciam a compreensão do casamento e do papel sexual da mulher – na contemporaneidade é visualizado uma forma de "repaginada" na violência, uma reconfiguração do discurso que, agora, predomina nas redes sociais com a ascensão do movimento red pill.

O movimento red pill está incluído na ramificação social e virtual de chamada manosphere – ou machosfera. Segundo essa perspectiva, os homens que se consideram "redpillados", adotariam uma visão de mundo segundo a qual teriam despertado para uma suposta realidade social marcada pela dominação feminina, promovendo, assim, a dominação masculina (Soares, 2025).

No contexto familiar, os discursos do movimento apresentem o homem (no sentido masculino) como chefe, provedor e autoridade da relação, enquanto a mulher está subjugada em um papel de obediência. Quando determinadas narrativas apresentam a mulher como responsável por satisfazer as necessidades do companheiro, associam a recusa sexual a uma falha no cumprimento dos deveres conjugais ou tratam o acesso masculino ao corpo feminino como consequência natural do casamento, contribuem para reproduzir uma compreensão hierárquica da intimidade (Peixoto, 2022). Assim, investigar os discursos Red Pill não significa presumir que todos os seus adeptos pratiquem violência sexual, mas analisar criticamente as narrativas que, ao defenderem a submissão feminina ou relativizarem o consentimento, podem contribuir para a legitimação simbólica de relações desiguais de poder.

4. CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

A mulher enquanto ser de natureza submissa e obediente é uma construção que atravessa diferentes eixos, classes e épocas da sociedade – não há como definir o exato momento histórico em que foi olhado para a mulher e dado a ela o papel de subjugação ao homem e aos seus quereres. O que se pode tirar disso é que até a atualidade a sociedade perpassou pela construção de um problema estrutural e estruturante que moldou o pensamento social de forma hegemônica de ideais de submissão e disponibilidade sexual feminina. Dessa forma, a invisibilidade do estupro marital está relacionada à permanência dessas estruturas que subordinam a sexualidade feminina à masculinidade.

Na contemporaneidade, determinados discursos difundidos pelo movimento Red Pill reproduzem, de forma direta ou indireta, as desigualdades de gênero ao defender a submissão feminina ao relativizar o consentimento nas relações íntimas. Embora os dados não permitam traçar uma linha direta entre o movimento da machosfera e os índices de estupro marital, deve-se debater epistemologicamente a forma como o discurso social não apenas demonstra o posicionamento de quem adere ao movimento masculinista, mas também de que forma esse tipo de discurso naturaliza a invisibiliza o estupro dentro do casamento. Sendo necessário, portanto, compreender criticamente os limites dessas falas na legitimação e na reconstrução de retrocessos no direito feminino de dizer "não" – independente da relação com o agressor.

Adota-se, nesse trabalho, que a ausência de dado também é um dado, mas um dado de invisibilidade e falha estrutural, institucional e jurídica em reconhecer crimes de violência sexual dentro do casamento.

5. REFERÊNCIAS

ANTONIASSI JUNIOR, Gilmar; PIRES, Daisy Tauanny Tavares; SILVA, Luciana de Araújo Mendes. **Quando o amor dói**: um estudo integrativo sobre o estupro marital e seus impactos psicossociais. ID on line. Revista de Psicologia, [S. l.], v. 19, n. 77, 2025. DOI: 10.14295/idonline.v19i77.4218. Disponível em: https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/4218. Acesso em: 16 set. 2026.

ARAÚJO, Geórgia Oliveira; PORTELA, Sara Lima. **O que é consentir? O consentimento como elementar implícita do crime de estupro e a necessidade de uma compreensão jurídico-penal do consentimento**. In: CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI, 30., 2023, Fortaleza. Anais [...]. Florianópolis: CONPEDI, 2023. p. 141-160. Disponível em: https://site.conpedi.org.br/publicacoes/pxt3v6m5/nh8zmy0e. Acesso em: 18 set. 2026.

DE PAULA, Larice. **"É para você me dar": foragido por estuprar esposa no DF é preso no Ceará. Metrópoles,** Brasília, 10 set. 2026. Disponível em: https://www.metropoles.com/distrito-federal/na-mira/e-para-voce-me-dar-foragido-por-estuprar-esposa-no-df-e-preso-no-ceara. Acesso em: 20 set. 2026.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **20º Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2026.** São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2026. Disponível em: https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2026/07/anuario-2026.pdf. Acesso em: 11 out. 2026.

OFICINA REGIONAL PARA AMÉRICA CENTRAL DO ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS DIREITOS HUMANOS (OACNUDH); ONU MULHERES. **Modelo de protocolo latinoamericano de investigación de las muertes violentas de mujeres por razones de género (femicidio/feminicidio)**. Panamá: OACNUDH; ONU Mujeres, 2014. Disponível em: https://www.ohchr.org/sites/default/files/Documents/Issues/Women/WRGS/ProtocoloLatinoamericanoDeInvestigacion.pdf. Acesso em: 20 set. 2026.

PEIXOTO, Danielle Silva. **Estupro marital ou débito conjugal? Enquadramentos da violência doméstica na telenovela O Outro Lado do Paraíso**. Cadernos de Comunicação, Santa Maria, v. 26, n. 1, 2022. DOI: 10.5902/2316882X65789. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/ccomunicacao/article/view/65789. Acesso em: 16 set. 2026.

SOARES, Gustavo Henrique Andrade. **Engolindo a pílula neoliberal: da narrativa amorosa à estratégia sexual no masculinismo red pill**. 2025. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2025. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-21112025-132835/es.php. Acesso em: 10 de set. 2026